



PRINCÍPIOS GLOBAIS DE CONTABILIDADE GERENCIAL E SUA RELAÇÃO COM O DESEMPENHO DE UNIVERSIDADES FEDERAIS

Helen Rodrigues da Silva
Universidade Federal do Paraná

Alexsandro Francisco de Souza
Universidade Federal do Paraná

Davi Gabriel Brito de Santana Silva
Universidade Federal do Paraná

Paulo Roberto Roecker Petri
Universidade Federal do Paraná

Henrique Portulhak
Universidade Federal do Paraná

Resumo

Este estudo analisou a relação do nível de adoção dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial (PGCG) com o desempenho de universidades federais brasileiras. A metodologia baseou-se em uma análise documental e quantitativa de 61 universidades, a partir dos Relatórios de Gestão de 2023. A partir desses documentos, foi elaborado o Índice de Observação dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial (IPG), que mensurou o nível de adesão das universidades aos PGCG. A análise foi realizada por meio de regressões lineares múltiplas e regressões quantílicas, utilizando como variáveis de desempenho a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) e o Índice Geral de Cursos (IGC), além de variáveis de controle como orçamento, região geográfica, qualificação do corpo docente e idade institucional. Os resultados indicaram um alto nível de adesão aos PGCG, com IPG médio de 0,92, sugerindo que as universidades já incorporaram tais princípios. Contudo, o estudo não encontrou relação estatisticamente significativa entre o IPG e o desempenho das universidades, contrariando a hipótese inicial, que previa uma relação positiva. Conclui-se que, embora a adesão aos PGCG seja considerada benéfica, apenas sua adoção não garante melhoria de desempenho, sendo outros fatores, como orçamento e qualificação docente, indicados como mais relevantes para a melhoria do desempenho universitário.

Palavras-chave: Princípios Globais de Contabilidade Gerencial. Universidades Federais. Desempenho.

Categoria: Artigo científico completo



1 INTRODUÇÃO

As universidades desempenham um papel fundamental na sociedade, pois são centros de conhecimento e inovação responsáveis pela formação de profissionais qualificados, que, por meio do ensino e da pesquisa, contribuem para o desenvolvimento econômico e social (Boulton; Lucas, 2011). A verdadeira essência das universidades reside na interconexão de suas missões, as quais geram diversos benefícios apreciados pela sociedade (Boulton; Lucas, 2011).

Por serem agentes de transformação individual e social, as universidades carregam grande responsabilidade, especialmente as universidades públicas, considerando as consequências das suas ações nos indivíduos e grupos sociais (Alves; Nascimento; Rodrigues, 2018). São constantemente fiscalizados e pressionados pela sociedade para que os recursos destinados à sua gestão sejam direcionados de forma adequada (Beuren; Sothe, 2009). Portanto, uma gestão universitária eficaz é elementar para atender às crescentes demandas sociais e econômicas; e, para tanto, a adoção de ferramentas e práticas de contabilidade gerencial pode se caracterizar como uma estratégia valiosa (Alves; Nascimento; Rodrigues, 2018).

As decisões tomadas dentro do ambiente institucional ocorrem em um complexo sistema organizacional; assim, a contabilidade gerencial assume um papel importante nesse processo de geração de informações úteis para a tomada de decisão (Brandt, 2010). As ferramentas de contabilidade gerencial podem orientar as universidades públicas, respeitadas suas peculiaridades, na otimização de recursos, no acompanhamento de indicadores e estratégias de captação de recursos (Almatrooshi; Singh; Farouk, 2016).

De acordo com o AICPA (*American Institute of Certified Public Accountant*) e CIMA (*Chartered Institute of Management Accountants*), os Princípios Globais da Contabilidade Gerencial (em inglês, GMAP – *Global Management Accounting Principles*) são diretrizes amplamente reconhecidas e aplicáveis a uma variedade de organizações, incluindo organizações privadas, do terceiro setor (organizações sem fins lucrativos) e públicas (governamentais). Esses princípios visam melhorar a eficácia, eficiência e sustentabilidade das operações, além de ajudar as organizações a alcançarem seus objetivos de maneira ética e responsável (AICPA; CIMA, 2023). Os Princípios Globais de Contabilidade Gerencial (PGCG) têm a função de descrever os valores fundamentais, qualidades, normas e características às quais os profissionais de contabilidade gerencial devem aspirar no desempenho da prática cotidiana, proporcionando uma combinação única de habilidades e competências projetadas para permitir a criação de valor e a preservação das entidades (AICPA; CIMA, 2023).

O debate acadêmico em torno dos PGCG tem crescido em importância, como evidenciado em estudos recentes, aplicados tanto ao setor privado quanto ao setor público. Correia e Lucena (2021) avaliaram a relação entre características de governança corporativa e a adoção de princípios globais de contabilidade gerenciais por companhias abertas brasileiras. Siqueira e Lucena (2023) enfatizaram a influência de fatores contingenciais na adoção de práticas gerenciais à luz dos PGCG por indústrias da Paraíba. Estudos recentes têm se dedicado a analisar a relação entre a adoção dos PGCG e o desempenho organizacional: Oyewo, Vo e Akinsanmi (2021), tomando como base os PGCG, identificaram que uma organização com maior disponibilidade para formular novas estratégias terá um grau de adesão aos PGCG mais elevado, tendo este um efeito moderador sobre a eficácia organizacional. Costa e Lucena (2021) analisaram a relação entre as práticas gerenciais à luz dos PGCG e o desempenho das empresas brasileiras no mundo dos negócios, identificando uma relação positiva entre a adoção de tais práticas e o desempenho de mercado de companhias listadas.

Silveira e Espejo (2020) ressaltaram o papel das instituições de ensino superior na disseminação de conhecimento e inovação, apontando a viabilidade de implementação dos



PGCG na gestão das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). Assim, é possível inferir que, apesar da importância e das recentes evidências sobre a melhoria de desempenho obtidas por organizações privadas pela aplicação dos PGCG, e da alegada viabilidade de implementação dos PGCG pelas IFES, há uma lacuna nas pesquisas correlatas que abordam com base em evidências empíricas a relevância da incorporação desses princípios no contexto das universidades federais, considerando a importância social dessas instituições (Alves; Nascimento; Rodrigues, 2018) e a importância de se investigar o efeito de práticas institucionalizadas no desempenho do setor público (Soeiro, 2019).

Deste modo, o presente estudo foi direcionado pela seguinte questão: Qual a influência dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial no desempenho das universidades federais brasileiras? Em específico, além de avaliar a relação da adoção dos PGCG com o desempenho organizacional das universidades federais brasileiras, esta pesquisa também identificou o nível de adoção dos PGCG pelas universidades federais.

Para Costa e Lucena (2021), a avaliação do desempenho organizacional reafirma a significância de decisões criteriosas em prol da criação de valor e, sob tal prisma, ressalta-se a relevância de analisar como as estratégias de gestão adotadas pelas empresas reverberam em seus resultados práticos. Sob essa perspectiva, o presente estudo se propõe a contribuir com o conhecimento sobre a avaliação de desempenho organizacional, adaptando o índice de observação dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial (IPG), desenvolvido por Costa (2017), a fim de avaliar se essas instituições são beneficiadas ao incorporarem os Princípios Globais de Contabilidade Gerencial ao seu modelo de gestão.

Corroborar essa perspectiva o estudo de Oyewo, Vo e Akinsanmi (2021), que recomenda um reexame das práticas contábeis gerenciais sob a ótica dos PGCG para ressoar alguns temas consagrados do neoliberalismo, como a alocação eficiente de recursos, as práticas de negócios sustentáveis, a livre concorrência de mercado, a criação de valor para as partes interessadas, além da globalização e internacionalização das práticas de gestão. Assim, ao avaliar a relação entre a incorporação desses princípios e o desempenho organizacional, os gestores das universidades federais brasileiras podem examinar os efeitos da adoção de práticas já consagradas no setor privado com o objetivo de potencializar o desempenho organizacional.

O ambiente organizacional baseado nos PGCG é moldado com a intenção de abranger, além do desempenho, a reputação da organização, de modo que a influência exercida sobre essa reputação abarca questões fundamentadas nos alicerces da confiança e da ética, que corroboram com a construção de uma imagem de “empresa cidadã” (Costa; Lucena, 2021). Nesse sentido, há uma carência de estudos sobre a relação entre o PGCG e o desempenho das universidades federais brasileiras, que poderiam ser beneficiadas se identificadas relações entre os princípios e o desempenho das universidades. Ademais, essa relação já foi estudada no contexto nacional considerando empresas de capital aberto (Costa; Lucena, 2021), fato que abre espaço para pesquisas em organizações de outros setores, como o setor público.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA INSTITUCIONAL

A Teoria Institucional clássica, segundo Meyer e Rowan (1977), examina como as instituições moldam o comportamento humano, influenciam as escolhas individuais e afetam o funcionamento das organizações e da sociedade em geral. Considerando que a contabilidade surge para responder a problemas de informação e coordenação em organizações nas quais os gestores não possuem interesses plenamente alinhados (Guerreiro et al., 2005), e que fatores



internos e externos afetam a estrutura das organizações e sua geração informacional (Brandt, 2010), a aplicação desta teoria busca entender de que maneira se estabelece a prática da contabilidade gerencial e como a institucionalização das práticas contábeis impacta diversas perspectivas organizacionais (Soeiro, 2019).

Scapens (2006) utilizou da Teoria Institucional para decifrar os padrões e processos de transformação organizacional. O autor afirma ainda ser visível a existência de uma lacuna entre as teorias e suas atualizações, que discorrem sobre as práticas de contabilidade gerencial e sua aplicação prática pelos gestores e organizações (Scapens, 2006). Burns e Scapens (2000) explicam que a demora na modernização da contabilidade gerencial das entidades, em contrapartida aos avanços teóricos e tecnológicos, se dá principalmente pelas regras e rotinização contábil (institucionalização). Eles definem as Regras como convenções formais de procedimentos e as Rotinas como os procedimentos aplicados. Com o tempo, essas definições ocasionam o engessamento das práticas da contabilidade gerencial (*taken-for-granted assumptions*), tornando-as quase imutáveis na visão dos que as utilizam (Scapens, 2006).

A Teoria Institucional é subdividida em três vertentes principais, explicadas por Scapens (2006) e, posteriormente, por Soeiro (2019): *New Institucional Economics* (NIE), que estende a visão da Economia Neoclássica, aplica pressupostos da racionalidade econômica e mercadológica à gestão das organizações, como o de que os agentes são racionais e possuem funções e objetivos definidos; *Old Institucional Economics* (OIE), a vertente que rejeita a visão econômica neoclássica, rejeita o racionalismo e foca em explicar a maneira como os agentes econômicos tomam decisões, em termos de regras e rotinas, e argumenta que as instituições, as quais existem em contextos globais e complexos, desempenham um papel fundamental na determinação dos resultados econômicos; e a *New Institucional Sociology* (NIS) que, por fim, possui enfoque no contexto social e cultural e em como se dá o relacionamento entre agência e estrutura, ou seja, dos indivíduos e instituições.

A revisão de Soeiro (2019) destaca que a busca por eficiência na contabilidade está fundamentada no paradigma da economia neoclássica, conferindo à perspectiva da NIE uma especificidade maior em relação aos temas contábeis do que a OIE e a NIS. Os agentes da contabilidade são influenciados por forças macro institucionais, que exercem uma influência significativa sobre como as organizações projetam e implementam seus sistemas de controle de gestão (Soeiro, 2019). Pressões externas que atuam sobre as organizações para que conformem seus sistemas de controle às expectativas da sociedade, dos reguladores e de outros atores institucionais, conforme explicado por Soeiro (2019), resultam no fenômeno do Isomorfismo, que pode ser definido como a tendência das organizações a adotar práticas e estruturas semelhantes às de outras organizações no mesmo ambiente institucional. Isso ocorre, de acordo com Brandt (2010), para que a organização ganhe legitimidade e evite críticas.

Dessa forma, apesar do conservadorismo e da demora na modernização da contabilidade gerencial apontados por Scapens (2006), o efeito das pressões externas e o isomorfismo foram suficientes para a larga adesão voluntária das práticas IFRS (*International Financial Reporting Standards*) (Guerreiro; Rodrigues; Craig, 2012) e tendem a ser suficientes para o processo de adesão aos Princípios Globais da Contabilidade Gerencial pelas organizações, o que já vem ocorrendo no contexto empresarial brasileiro (Costa; Lucena, 2021).

2.2 PRINCÍPIOS GLOBAIS DE CONTABILIDADE GERENCIAL E DESEMPENHO

Os Princípios Globais de Contabilidade Gerencial (PGCG) surgiram como um conjunto de padrões internacionais para a prática de contabilidade gerencial, devido ao crescente interesse em princípios que orientassem suas atividades internas, análises de custo e



lucratividade, apoio à tomada de decisão e outras tarefas relacionadas ao processo de planejamento e orçamento nos níveis estratégico, tático e operacional (Borker, 2016a). Os PGCG definem a contabilidade gerencial como o processo de obtenção, análise, comunicação e utilização de informações financeiras e não financeiras relevantes para a tomada de decisões, com o objetivo de gerar e preservar valor para as organizações (AICPA; CIMA, 2023). Conforme Siqueira e Lucena (2023), os órgãos certificadores de profissionais de gestão, CIMA e AICPA, coordenaram a consolidação dos Princípios de Contabilidade Gerencial em 2014.

Esses princípios foram discutidos em minutas, com exposições parciais à medida que se consolidavam até culminar num documento final (Oyewo; Vo; Akinsanmi, 2021). Dessa forma, os PGCG são organizados em quatro elementos principais, classificados como: (i) Comunicação, (ii) Relevância, (iii) Valor e (iv) Confiança (Costa; Lucena, 2021). Cada elemento visa descrever valores fundamentais, qualidades, normas e características para a aplicação dos PGCG pelos gestores das organizações (AICPA, CIMA, 2023).

É importante ressaltar os esforços da academia em contribuir para a compreensão dos PGCG no contexto empírico, destacando seu impacto tanto no setor privado quanto no público. Internacionalmente, Borker (2016b) avaliou a receptividade dos PGCG por empresas e contadores gerenciais em diferentes países, levando em consideração seus valores socioculturais. Verificou-se que a cultura e os valores específicos de cada nação influenciam significativamente a adoção e implementação bem-sucedida dos PGCG. Destacou-se, ainda, que esses princípios são relevantes por proporcionarem padrões internacionais que melhoram a gestão contábil global, promovendo transparência e ética, sendo uma ferramenta considerada inteligente para organizações em todo o mundo.

No contexto nacional, Correia e Lucena (2021) investigaram as relações entre a Governança Corporativa e os PGCG em empresas de capital aberto no Brasil, o qual aponta que certas características de Governança Corporativa, especialmente aquelas relacionadas ao Novo Mercado, estão positivamente associadas à aderência ao GMAP. O estudo de Siqueira e Lucena (2023) se propôs a examinar as relações entre os fatores contingenciais individuais e organizacionais e as práticas gerenciais, sob a perspectiva dos PGCG, nas indústrias paraibanas. Neste estudo, verificou-se uma correlação positiva e estatisticamente relevante com as práticas relacionadas aos PGCG para as indústrias com prioridades estratégicas mais focadas na diferenciação do que aquelas com uma estratégia de liderança em custos.

Estudos correlatos demonstram que os PGCG possuem relevância para o desempenho empresarial. No contexto internacional, Oyewo, Vo e Akinsanmi (2021), em um estudo realizado na cidade de Lagos, Nigéria, examinaram os modelos de contabilidade gerencial, aplicados por empresas locais e concluíram que aquelas que adotam uma abordagem internacional na formulação de suas estratégias tendem a possuir um modelo de contabilidade gerencial mais sofisticado em comparação às que não o fazem, aferindo ainda uma correlação positiva entre o investimento em tecnologia da informação e a eficácia dos modelos.

Na esfera brasileira, Costa e Lucena (2021) analisaram, por meio dos relatórios divulgados por mais de 300 companhias brasileiras, como a aderência aos PGCG influenciou o desempenho organizacional e a valorização pelo mercado (investidores). A pesquisa revelou: “A primeira hipótese obteve uma relação negativa entre a utilização de boas práticas de gestão e o desempenho da empresa” (Costa; Lucena, 2021, p.13). Já a segunda hipótese demonstrou que o mercado financeiro aprecia a utilização de práticas, como os PGCG, considerando-os como elementos capazes de contribuir para o crescimento das empresas no longo prazo.

Silveira e Espejo (2020) no contexto das instituições de ensino superior, ressaltam o papel fundamental desempenhado por elas na disseminação de conhecimento e inovação. Elas apontam a viabilidade e a pertinência da implementação dos PGCG na gestão das IFES. Esse



insight demonstra, pela visão das autoras, como a aplicação desses princípios pode se estender além do setor corporativo, influenciando positivamente o gerenciamento das IFES e, por extensão, contribuindo para o desenvolvimento do sistema educacional e de pesquisa do país.

A partir das evidências empíricas apresentadas nos estudos anteriores, que trazem uma contribuição dos PGCG para o desempenho organizacional, somados ao argumento normativo de que o fenômeno do isomorfismo transcende a rigidez constitucional das organizações e implica em uma adesão das organizações a métodos e configurações semelhantes às de outras organizações dentro do mesmo ambiente institucional na busca por legitimidade e aceitação, o que pode transbordar às IFES, a presente investigação partirá da seguinte hipótese:

H1: O desempenho de universidades federais brasileiras possui relação positiva com o nível de adoção dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ELABORAÇÃO DO ÍNDICE DE OBSERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS GLOBAIS DE CONTABILIDADE GERENCIAL (IPG)

Visando avaliar a influência dos PGCG no desempenho das universidades federais brasileiras, o presente estudo tomou como base os procedimentos metodológicos elaborados por Costa (2017), bem como por Correia e Lucena (2021). Em sua inferência quanto a melhoria de desempenho obtidas por organizações privadas pela aplicação dos PGCG, Costa (2017) relacionou um total de 342 empresas listadas na bolsa de valores brasileira (B3), no período de 2010 a 2016. Correia e Lucena (2021) buscaram verificar as relações da Governança Corporativa com os PGCG de empresas abertas no Brasil, durante o mesmo período, com uma amostra de 311 de empresas também listadas na B3.

Cumprir destacar que a população do presente estudo contemplaria todas as universidades federais existentes no Brasil, o qual, conforme informações do Ministério da Educação, conta com 69 instituições. Contudo, visto que sete universidades não divulgaram suas informações de desempenho para o ano de 2023 (por estarem dispensadas dessa obrigatoriedade em função de sua recém-criação), bem como uma não divulgou seu relatório de gestão de 2023 até o momento da coleta de dados, estas não foram consideradas para esta análise em função da indisponibilidade de dados. Ao final, a amostra da pesquisa é composta por 61 das 69 universidades federais brasileiras (88,4% da população).

O estudo se centrou principalmente na coleta e análise dos Relatórios de Gestão destas universidades federais brasileiras, relativos ao ano de 2023, que se encontram disponibilizados em seus respectivos *sites*. Os métodos acima descrito foram executáveis, na medida em que o Tribunal de Contas da União, por meio da Resolução TCU n. 206, de 27 de novembro de 1980, obrigou os órgãos da administração indireta a realizarem a divulgação de seus Relatórios de Gestão, a fim de viabilizar o exercício da auditoria financeira e orçamentária.

Após a coleta dos Relatórios das 61 universidades federais brasileiras, relativos ao ano de 2023, foram observados em tais documentos a existência de elementos capazes de atestar a utilização dos PGCG. Esta observação ocorreu por meio do índice das informações de observação dos PGCG, desenvolvido por Costa (2017), devidamente adaptado para esta finalidade, e com a complementação de Correia e Lucena (2021), conforme o Quadro 1. Convém complementar que, além de se utilizar o relatório de gestão, fontes complementares também foram consideradas para a coleta de alguns itens deste checklist, sendo: Plano de



Integridade (itens 1 e 17), Plano de Desenvolvimento Institucional (itens 2 e 5), *site* do Tribunal de Contas da União (item 7), *site* institucional e redes sociais (item 8).

QUADRO 1 – CHECKLIST DAS INFORMAÇÕES DE OBSERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS GLOBAIS DE CONTABILIDADE GERENCIAL

Itens	Informações gerenciais divulgadas	Termos
Princípio 1 – A comunicação provê ideias que influenciam		
1	Apresentam informações dispostas de forma a atender a todas as partes interessadas na organização.	Prestação de contas; Transparência
2	Apresentam e explicam a estratégia da organização.	Estratégia; Estratégia Organizacional; Direcionamento Estratégico; Desenvolvimento Institucional; Gestão Estratégica
3	Apresentam e explicam a cadeia de valor da organização.	Cadeia de valor
4	Apresentam e explicam o desempenho da organização.	Desempenho; Resultado
5	Apresentam e explicam metas estratégicas que a organização possui.	Metas estratégicas; Objetivos Estratégicos
6	Apresenta informações voltadas a usuários como: funcionários, clientes, fornecedores, parceiros, comunidades locais, legisladores e reguladores.	Alunos; Servidores; Colaboradores; Fornecedores; Parceiros; Fiscalizadores
7	Apresentam relatórios dentro do prazo exigido.	Organizações inadimplentes
8	Utilizam canais de comunicação (impresso, digital, mídia social e móvel).	Aplicativo; Canais de Comunicação; Comunicação Institucional; Periódicos; Rede social
Princípio 2 – A informação é relevante		
9	Apresentam relatórios contendo informações sobre governança, modelo de negócios.	Governança; Estrutura Organizacional
10	Apresentam relatórios contendo informações sobre estratégias e desempenho.	Estratégico; Indicadores de Desempenho; Indicadores de Gestão
11	Apresentam informações que dão suporte à gestão de recursos e aos relacionamentos organizacionais.	Gestão de recursos; Relacionamentos; Parcerias
12	Apresentam estruturas de tendências e informações centrais de desempenho de forma longitudinal (constroem uma linha do tempo com informações passadas, presentes e futuras).	Alocação dos recursos; Tendência; Projeção; Gráficos
13	Apresentam informações que atendem às normas de contabilidade vigentes.	Normas de Contabilidade; MCASP; IPSAS; NBC TSP
Princípio 3 – O impacto no valor é analisado		
14	Apresentam informações sobre a gestão de riscos.	Gestão de risco; Risco; Gerenciamento de risco
15	Apresentam impacto na economia, na sociedade e no meio ambiente.	Desenvolvimento econômico; Economia; Sociedade; Comunidade; Meio ambiente
Princípio 4 – O gerenciamento dos recursos e relações (<i>stewardship</i>) constrói confiança		
16	Apresentam as práticas de elaboração das demonstrações.	Demonstrações financeiras; Demonstrações contábeis; DCASP
17	Apresentam informações referentes a procedimentos de auditoria e controle interno.	Práticas de gestão; Controle interno; Auditoria
18	Apresentam informações referentes a programas de integridade e/ou <i>compliance</i> .	Integridade; <i>Compliance</i>
19	Atendem à regulação e às normas dos códigos de governança.	Práticas de Governança

Fontes: Adaptado de Costa, 2017, p. 44, e de Correia e Lucena, 2021, p. 226.



Como o *checklist* das informações de observação dos PGCG foi originalmente elaborado por Costa (2017) para fins de análise de relatórios de empresas privadas, houve a necessidade de adaptação nesta investigação para obtenção de uma análise referente às organizações públicas. Com isso, o instrumento passou, antes de aplicado nos relatórios de gestão das universidades, por uma validação de conteúdo por dois especialistas. Estes especialistas foram selecionados com a finalidade de avaliar se as informações gerenciais divulgadas pelas universidades analisadas correspondem adequadamente ao embasamento de cada um dos quatro princípios elencados do PGCG. Esta seleção visa garantir uma análise criteriosa e especializada sobre a aderência das práticas de gestão das universidades aos PGCG.

Para a formalização do procedimento foi enviado um questionário em formato de carta para os *e-mails* dos respectivos especialistas (profissionais qualificados e pesquisadores da área pública). Este questionário visou obter validação de conteúdo por parte dos especialistas, cujas contribuições são consideradas essenciais para garantir a integridade e pertinência do instrumento em questão. As alterações propostas pelos especialistas foram devidamente incorporadas no Quadro 1. Ressalta-se que o processo de validação do instrumento, acompanhado das modificações sugeridas, foi concluído no mês de maio/2024. Este passo assegurou maior qualidade e precisão do objeto de estudo para as próximas fases da pesquisa.

Costa (2017, p. 44) esclarece que elaborou seu índice “a partir de um *checklist* de informações que são disponibilizadas pelas companhias, em que para cada item que a empresa divulgar é atribuído o valor 1 (um), e em caso de não divulgação, é atribuído o valor 0 (zero)”. Ainda, com base nas informações inferidas por meio do *checklist*, “elaborou-se um Índice de Observação dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial (IPG), em que, primeiramente, foi considerada a soma das informações divulgadas pela companhia dividida pelo total de informações que deveriam ter sido divulgadas” (Costa, 2017, p. 44). Esta análise seguiu a mesma forma de mensuração e ranqueamento, conforme acima colacionado.

Para identificação dos itens nos relatórios de gestão e documentos complementares das universidades federais, foram formadas duas equipes especialistas formadas por dois analistas, cada, em que cada equipe analisou dois princípios do *checklist*. Esse arranjo teve como finalidade garantir consistência na avaliação dos itens entre os diferentes relatórios, tanto no aspecto de especialização quanto por conferência em pares. A identificação de cada item, foi guiada pelos termos presentes no Quadro 1.

Sendo assim, por meio da metodologia desenvolvida por Costa (2017), complementada pela metodologia utilizada por Correia e Lucena (2021), devidamente adequada para a aplicação em inferência dos dados divulgados pelas universidades federais brasileiras, foi possível, em um primeiro momento, identificar o nível de adoção dos PGCG pelas universidades federais, resultando no IPG, variável de interesse desta pesquisa.

3.2 MODELO DE ANÁLISE QUANTITATIVA

No que tange ao desempenho organizacional das universidades federais, modelos conceituais e operacionais são elaborados para avaliar, medir e monitorar o desenvolvimento e a qualidade dos sistemas de educação. Esses modelos têm sido amplamente utilizados por estruturas sistemáticas de indicadores, classificados em indicadores de entradas e/ou recursos, indicadores de processo e indicadores de saídas (Bertolin, 2007). Ao analisar a literatura acerca de desempenho de universidades federais brasileiras, os indicadores de saída que costumam ser utilizados são: (I) Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) e (II) Índice Geral de Cursos (IGC).



A TSG é um indicador que reflete o número de alunos que concluem o curso no tempo previsto, calculado considerando o número de alunos diplomados em relação ao número total de alunos ingressantes. Uma TSG elevada é vista como um sinal de eficácia acadêmica e suporte ao aluno, enquanto uma TSG baixa pode indicar problemas como retenção de estudantes, qualidade do ensino ou falta de recursos de apoio (Kirch et al., 2019; Costa, 2020; Nunes, 2021; Lopes et al., 2023). O IGC calculado pelo INEP/MEC, também foi observado como um dos indicadores mais utilizados para a análise de desempenho, e avalia anualmente as instituições de ensino (Moreira; Benedicto; Carvalho, 2019; Voese; Santos; Dombroski, 2024). O cálculo do IGC envolve a média ponderada dos Conceitos Preliminares de Curso (CPC) dos cursos de graduação e os conceitos CAPES dos programas de pós-graduação *stricto sensu* das Instituições de Educação Superior (MEC, 2023).

Como variáveis de controle, em atenção a estudos correlatos, foram consideradas: orçamento, região, qualificação do corpo docente, nível educacional da região, aluno total equivalente por professor equivalente, tamanho do *staff* administrativo e idade da instituição. O Quadro 2 apresenta as variáveis consideradas para o estudo.

QUADRO 2 – VARIÁVEIS DO ESTUDO

Variável	Tipo	Fórmula	Fonte de dados	Relação esperada	Referencial Teórico
IPG	Independente	$\frac{\text{Soma de informações divulgadas}}{\text{Soma de informações que deveriam ter sido divulgadas}}$	Checklist (Quadro 1)	+	Costa e Lucena (2017)
TSG	Dependente	$\frac{\text{Número de alunos diplomados}}{\text{Número total de alunos ingressantes}}$	Painel Universidade 360	+	Lopes et al. (2023)
IGC	Dependente	Índice calculado pelo INEP/MEC	INEP/MEC	+	Voese, Santos e Dombroski (2024)
ORC_LN	Controle	Logaritmo natural do valor distribuído de recursos recebidos pelas universidades.	Relatório de gestão e Painel Universidade 360	+	Costa (2020)
REG	Controle	Variável <i>dummy</i> , na qual: 0 – Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e 1 – Sudeste e Sul.	n/a	-	Costa (2020)
IQCD	Controle	$IQCD = 5D + 3M + 2E + G$ $D + M + E + G$	Painel Universidade 360	+	Voese, Santos e Dombroski (2024)
ATIPE	Controle	$\frac{\text{Aluno Tempo Integral}}{\text{Professor Equivalente}}$	Painel Universidade 360	+	Santos et al. (2017)
TECADM	Controle	Quantidade de Técnicos Administrativos ativos na universidade	Painel Universidade 360	+	Duque (2016)
IDADE	Controle	Período de existência da universidade (em anos)	Site das Instituições	+	Duque (2016)

Notas: IQCD - D: número de professores com doutorado, M: número de professores com mestrado, E: n° de professores com especialização e G: n° de professores apenas graduados.

Quanto às variáveis de controle, menciona-se inicialmente o orçamento (ORC_LN) Duque (2016) observou que regiões com orçamento abaixo da média experimentaram uma redução na TSG. Costa (2020) identificou uma correlação positiva entre os gastos



orçamentários e a TSG. Lopes et al. (2023) concluíram que um menor recurso financeiro destinado às universidades federais está associado a um menor volume de produção científica.

A região geográfica (REG) também surgiu como uma variável relevante em estudos correlatos. Duque (2016) propôs que regiões com economias mais desenvolvidas poderiam ter relações positivas com o desempenho das IFES, dado ao número de oportunidades no mercado de trabalho nessas regiões. Nunes (2021) estabeleceu índices de eficiência relativa da gestão acadêmica por região geográfica e verificou que apenas 10 universidades federais atingiram a fronteira de eficiência proposta, com hegemonia da região Sudeste. No aspecto de ineficiência, figuraram como escore abaixo da média nacional as regiões Norte e Nordeste (Nunes, 2021).

Outra variável de controle relevante é o Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), o qual atribui pesos para o número de professores e suas referidas titulações, sendo o peso máximo atribuído para docentes que possuem doutorado, com peso cinco (Kirch et al., 2019). Tal variável foi relatada nos estudos de Voese, Santos e Dombroski (2024), os quais verificaram que a qualidade do corpo docente reflete diretamente no IGC. Costa (2020) corroborou com tal afirmação ao identificar uma correlação significativa com o índice de desempenho da gestão, os quais, combinados resultariam num terceiro índice para mensurar a qualidade acadêmica, entretanto, a autora relata que das duas variáveis consideradas, apenas o IQCD interfere com significância na qualidade acadêmica.

A variável de controle representada pela razão dos alunos em tempo integral por professor equivalente (ATIPE), é utilizada para as análises da eficiência acadêmica, refletindo o nível de comprometimento das universidades com a qualidade de ensino. Santos et al. (2017) afirmam que esta variável reflete diretamente na qualidade e celeridade com que os serviços são oferecidos e prestados à comunidade acadêmica, também destacando quanto ao IQCD que essa variável possui uma relação estreita com a qualidade dos serviços prestados, apresentando-se, portanto, como variável importante nas relações aluno/professor. Em estudos correlatos, Lopes et al. (2023) confirmam a correlação positiva entre essa variável e indicadores de eficiência orçamentária relacionados aos gastos das entidades com base em sua dotação inicial.

Acerca da quantidade de técnicos administrativos (TECADM), Duque (2016) demonstra um reflexo positivo deste indicador no desempenho acadêmico, explicado pela sua forte influência na qualidade de gestão e distribuição de recursos das universidades. Acerca da idade da instituição (IDADE), Duque (2016) obteve resultados positivos referente à idade das instituições, ou seja, quanto mais antiga for a entidade, maior a proporção de funcionários e professores, obtendo maior assistência aos alunos e professores facilitando a sua gestão.

A análise da hipótese de pesquisa foi realizada a partir da aplicação de técnicas de regressão. Pelo fato de a presente análise considerar o desempenho da universidade sob diversas perspectivas de mensuração, serão aplicados dois modelos de regressão: Equação 1, modelo para definir a relação da aderência aos PGCG no desempenho refletido pela Taxa de Sucesso na Graduação; e Equação 2, modelo para definir a relação da aderência aos PGCG no desempenho refletido pelo Índice Geral de Cursos.

$$TSG = \beta_0 + \beta_1 IPG + \beta_2 ORC_LN + \beta_3 REG + \beta_4 IQCD + \beta_5 ATIPE + \beta_6 TECADM + \beta_7 IDADE + \varepsilon_1 \quad (1)$$

$$IGC = \beta_0 + \beta_1 IPG + \beta_2 ORC_LN + \beta_3 REG + \beta_4 IQCD + \beta_5 ATIPE + \beta_6 TECADM + \beta_7 IDADE + \varepsilon_1 \quad (2)$$

Em que: IPG: Índice de Observação dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial; TSG: Taxa de Sucesso na Graduação; IGC: Índice Geral de Cursos; ORC_LN: Orçamento; REG: Região Geográfica; IQCD: Índice de Qualificação do Corpo Docente; ATIPE: Aluno em Tempo Integral por Professor Equivalente; TECADM: Quantidade de funcionários; IDADE: Idade da Instituição.



Um modelo de regressão linear múltipla deve obedecer a alguns pressupostos para que seja estatisticamente válido. Neste estudo, quatro pressupostos foram observados: (I) Homocedasticidade, por meio do Teste de Breusch-Pagan / Cook-Weisberg; (II) Ausência de multicolinearidade, por meio do Fator de Inflação da Variância (VIF); (III) Distribuição normal dos erros, por meio do Teste de Shapiro-Francia; e (IV) Especificação correta do modelo, por meio do Teste de Especificação Funcional de Ramsey – Ramsey RESET (Alcino, 2021; Davidson; Mackinnon, 1981; Figueiredo Filho et al., 2011).

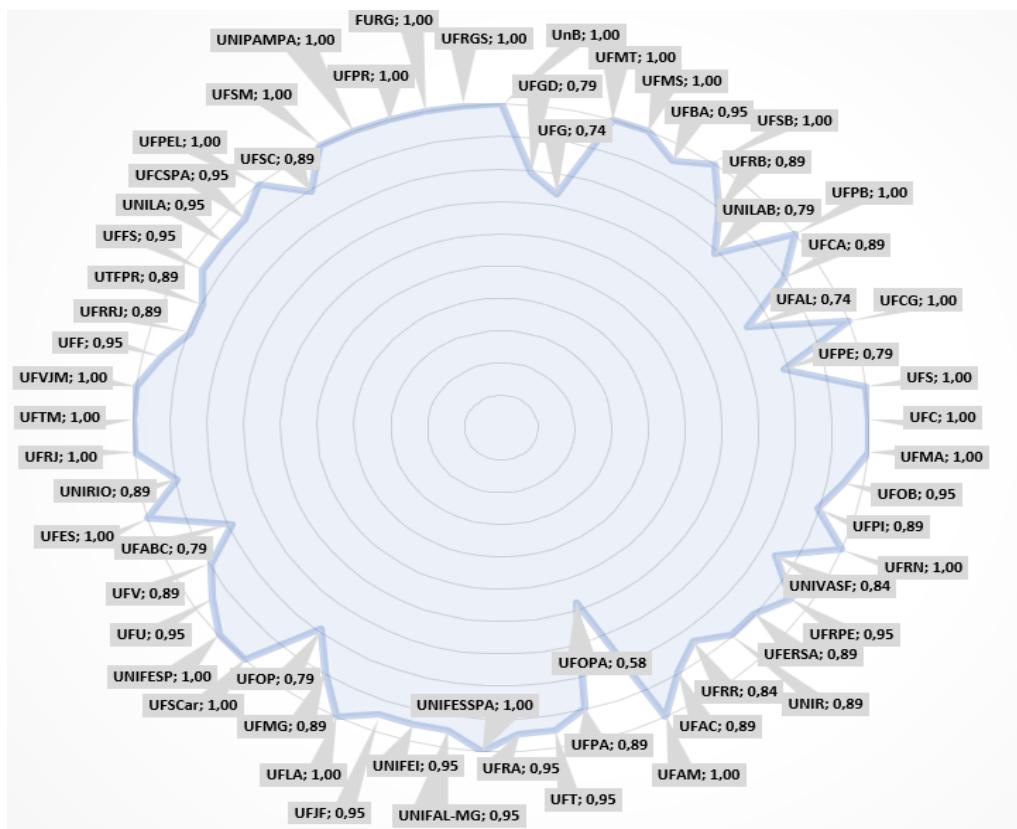
De modo a complementar a análise, foi aplicada uma regressão quantílica, pois esta apresenta a vantagem de analisar diferentes quantis (25%, 50% e 75%, nesse estudo), o que a torna menos sensível à presença de valores extremados. Isso é um diferencial em relação aos modelos de regressão linear tradicionais, que podem ser influenciados por valores extremos nos dados. Outra vantagem é que a regressão quantílica não exige o pressuposto de normalidade dos resíduos, permitindo seu uso como uma alternativa aos modelos estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários (Fávero & Belfiore, 2017).

4 RESULTADOS E ANÁLISE

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

A Figura 1 sumariza o nível de atendimento aos PGCG por universidades, conforme por elas divulgado em seus relatórios de gestão.

FIGURA 1 – RADAR ANALÍTICO DO IPG POR UNIVERSIDADE FEDERAL





É possível verificar na Figura 1 que a grande maioria das universidades seguem os PGCG estabelecidos a partir do IPG, conforme suas divulgações em seus relatórios de gestão. A média geral obtida para o índice IPG foi de 92,84%, o qual 38 das universidades (ou seja, 62,30% das instituições analisadas) superaram essa média. Ainda, é possível observar que as universidades UFGD, UNILAB, UFPE, UFOP e UFABC atingiram 0,79, já a UFG e UFAL correspondem a 0,74 e a UFOPA 0,58. Esses resultados indicam um comportamento atípico destas quanto à divulgação acerca de adoção dos PGCG em relação às demais universidades.

Com relação ao atendimento aos cinco princípios de contabilidade gerencial, notou-se resultados bastante equilibrados no contexto geral das universidades federais brasileiras e em um nível consideravelmente alto. A média de atendimento dos PGCG pelas IFES foi: Princípio 1 – A comunicação provê ideias que influenciam – 94,26%; Princípio 2 – A informação é relevante – 91,8%; Princípio 3 – O impacto no valor é analisado – 92,62%; Princípio 4 – O gerenciamento dos recursos e relações (*stewardship*) constrói confiança – 91,39%.

No Princípio 4, onde houve menor aderência, a UFOPA se mostrou como a universidade com menor adesão a este princípio pelo exposto em seu Relatório de Gestão, cumprindo apenas 50% dos critérios preestabelecidos. Quanto ao Princípio 1, ao qual houve maior aderência, das 61 universidades analisadas, 40 cumpriram integralmente os oito tópicos de avaliação referentes ao princípio (100%), 15 cumpriram sete dos oito tópicos (87,50%), cinco cumpriram seis (75%) e uma universidade, a UNILAB, cumpriu apenas cinco (62,50%).

Esses números indicam que as universidades pesquisadas apresentam uma adesão significativa e consistente aos princípios avaliados, com uma margem mínima de variação entre os percentuais. A proximidade desses resultados sugere que, embora haja variações na adesão a cada princípio, todas as instituições demonstram elevada aderência aos PGCG.

As variáveis utilizadas na análise quantitativa desempenharam um papel essencial na compreensão dos dados coletados e seu comportamento quando relacionadas. A variável TSG apresentou uma média de 47,93% com um desvio padrão elevado de 13,42 e uma amplitude que variou de 22,46% a 88,00%, evidenciando disparidades entre as universidades federais brasileiras. A variável IGC apresentou média de 3,73 com desvio padrão de 0,3471, indicando uma variação relativamente pequena em torno da média, sugerindo que os cursos de graduação e pós-graduação ofertados pelas universidades federais possuem uma qualidade elevada, haja vista que tal variável possui como limite o valor 5,00. Já a variável IPG, objeto do estudo, obteve-se uma média elevada de 0,92, com desvio padrão de apenas 0,0870, indicando que a maioria das universidades possuem uma adesão ampla aos PGCG, dado que o menor valor encontrado nessa variável foi 0,58.

Quanto à variável IQCD, a média foi de 4,60 (limite de 5,00), ao passo que o desvio padrão, novamente, foi baixo (0,2634), o que sugere uma forte qualificação do corpo docente das universidades federais em geral. A variável ATIPE que reflete a carga de trabalho dos professores em relação ao número de alunos em tempo integral apresentou uma média de 11,97 alunos por professor, com desvio padrão de 2,8244 indicando uma variação considerável entre as instituições, visto que algumas apresentaram uma carga mais baixa de 5,86 alunos por professor, enquanto outras enfrentam um cenário mais desafiador com até 18,13 alunos por professor equivalente.

Para a variável Orçamento foi necessário realizar um ajuste e transformar seu valor em logaritmo, pelo fato de a amplitude dos valores distorcerem a análise sendo representada por ORC_LN . Nessa variável, considerando seus valores absolutos, a média foi de R\$ 829.417.312,56, figurando a UFRJ com o maior orçamento, com um total de R\$ 3.423.786.987 e a UFSB com o menor orçamento, de R\$ 112.930.688. Por fim, a variável TECADM



apresentou uma média de 1.652,78 de colaboradores (exceto docentes) por universidade, com desvio padrão de 1.471,77, evidenciando os diferentes portes entre as instituições federais de ensino, com máximo de 8.936, na UFRJ, e mínimo de 211 colaboradores na UFCSPA.

4.2 ANÁLISE INFERENCIAL

A Tabela 1 apresenta os resultados da regressão linear aplicada tendo TSG e IGC como variáveis dependentes.

TABELA 1 – MODELOS DE REGRESSÃO LINEAR

Variável dependente	TSG (1)	IGC (2)
IPG	-35,19792 (18,90958)	-0,22816 (0,35824)
IQCD	13,29049 (8,01064)	0,33583** (0,15176)
ORC_LN	-7,55821** 3,48999	-0,04385 (0,06612)
ATIPE	1,43203** (0,65212)	0,04124*** (0,01235)
TECADM	0,00174 (0,00189)	0,00009** (0,00004)
REG	-1,48832 (4,22391)	0,18181** (0,08002)
IDADE	0,15137*** (0,05494)	0,00061 (0,00104)
_cons	143,32310 (71,80608)	2,51442 (1,36035)
Obs.	61	61
R ² ajustado	0,2062	0,5740
Prob > F	0,0063	0,0000
Breusch-Pagan / Cook-Weisberg	1,51	2,28
VIF (média)	2,19	2,19
Shapiro-Francia	0,91493***	0,91154***
Ramsey RESET	1,75	2,69

Nota: ***, ** Estatisticamente significativo ao nível de 1%, 5%, respectivamente. Fonte: dados da pesquisa.

Nas regressões efetuadas, os resultados da variável independente IPG sugerem que há incerteza sobre sua associação com as variáveis representativas do desempenho das universidades. Deste modo, implica na rejeição da hipótese H1, não havendo suporte para afirmar que o desempenho de universidades federais brasileiras possui relação positiva com o nível de adoção dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial.

Quanto às variáveis de controle, para a variável dependente TSG, apenas ORC_LN, ATIPE e IDADE foram significativas. No tocante ao orçamento, o coeficiente negativo pode indicar que um maior volume de recursos alocados não está favorecendo o sucesso dos alunos, dada a correlação negativa entre TSG e ORC_LN. A variável ATIPE evidencia como a carga de aluno em tempo integral por professor pode favorecer o desempenho institucional. Por fim, a variável IDADE foi a significativa do modelo, o que sugere ao menos três fatores que foram consolidados ao longo do tempo: experiência, infraestrutura e reputação.

Quando a variável dependente foi o IGC, as variáveis IQCD, ATIPE, TECADM e REG foram identificadas como significativas, com impacto positivo sobre o IGC. No caso do IQCD, sugere-se que quanto mais qualificado é o corpo docente, melhor tende a ser o desempenho educacional. Na variável ATIPE, indicou-se uma relação altamente significativa com o IGC, o



que pode ser interpretado como um reflexo da eficiência no uso do corpo docente. A região (REG) teve um impacto significativo no desempenho das universidades federais, confirmando que as diferenças regionais influenciam de forma relevante os resultados por esta perspectiva de desempenho. O coeficiente de regressão sugere que instituições localizadas no Sudeste e Sul tendem a apresentar um desempenho, em média, 0,18181 pontos superiores em relação às situadas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esses resultados destacam como as disparidades regionais afetam o desempenho educacional de forma expressiva. Por fim, o impacto da variável TECADM também sugere que políticas locais e características regionais influenciam diretamente a qualidade do ensino e a performance acadêmica das instituições.

Em ambas as regressões, a avaliação dos pressupostos apresentou resultados convergentes. O Teste de Breusch-Pagan / Cook-Weisberg indicou que não há evidência suficiente para concluir que a variação dos resíduos não é constante, o que sugere que o modelo é apropriado sob a suposição de não haver heterocedasticidade. O Fator de Inflação da Variância (VIF) sugere a ausência de multicolinearidade entre as variáveis dos dois modelos. O Teste de Especificação Funcional de Ramsey assegurou que não existem variáveis omitidas nos modelos. Todavia, os modelos se demonstraram limitados no pressuposto da Distribuição normal dos erros, conforme resultado dos testes de Shapiro-Francia, assim não atendendo o pressuposto de normalidade de resíduos.

Dado que, em ambos os modelos, houve violação ao pressuposto de normalidade nos resíduos da regressão, procedeu-se à análise dos dados pela aplicação do modelo de regressão quantílica, dado que esta técnica prescinde deste requisito (Fávero e Belfiore, 2017). A Tabela 2 apresenta os resultados tendo a TSG e o IGC como variáveis dependentes, considerando os quantis 25%, 50% e 75%.

TABELA 2 – REGRESSÕES QUANTÍLICAS, PARA 25%, 50% E 75%

Variável dependente	TSG (1)			IGC (2)		
	25%	50%	75%	25%	50%	75%
IPG	-18,69165 (17,38759)	-20,31587 (17,03119)	-36,80531 (34,99249)	-0,51539 (0,29343)	-0,61811 (0,38952)	-0,48221 (0,33736)
IQCD	7,71293 (7,36588)	9,88671 (7,21490)	8,96402 (14,82381)	0,77934*** (0,77934)	0,54714** (0,16501)	0,21260 (0,14292)
ORC_LN	-7,06980** (3,20909)	-7,64902** (3,14331)	-6,32310 (6,45828)	0,00778 (0,05416)	0,00041 (0,07189)	0,00014 (0,06226)
ATIPE	2,38646*** (0,59963)	1,61635*** (0,58734)	1,74942 (1,20676)	0,03276*** (0,01012)	0,04031*** (0,01343)	0,04446*** (0,01163)
TECADM	0,00252 (0,00174)	0,00091 (0,00170)	0,00066 (0,00349)	0,00007** (0,00003)	0,00008** (0,00004)	0,00008** (0,00003)
REG	-0,86575 (3,88394)	-2,06467 (3,80433)	0,13035 (7,81642)	0,05514 (0,06555)	0,10140 (0,08701)	0,25198*** (0,07536)
IDADE	0,02703 (0,05052)	0,22085*** (0,04949)	0,21753** (0,10167)	0,00111 (0,00085)	0,00111 (0,00113)	0,00138 (0,00098)
_cons	131,6873 (66,02658)	141,7258 (64,67322)	136,837 (132,8783)	-0,2741501 (1,114269)	1,027774 (1,479157)	2,451875 (1,281088)
N	61	61	61	61	61	61

Nota: ***, ** Estatisticamente significativo ao nível de 1%, 5%, respectivamente. Fonte: dados da pesquisa.

Para o TSG, observou-se que nas universidades com a menor TSG (quantil 25%) a variável ATIPE se destaca como significativa e positiva. Isso sugere que essa variável tem um impacto mais relevante na melhoria do desempenho acadêmico justamente nas instituições com menor taxa de sucesso na graduação. A variação ORC_LN também se apresentou como



significativa, porém, negativa com a TSG, o que pode indicar que universidades com maior porte possuem maiores dificuldades de aumentar sua TSG quando este está em um menor patamar. No quantil intermediário (50%), as variáveis ATIPE e ORC_LN permanecem significativas, e, nesse nível, a variável IDADE também se torna relevante. Assim, as universidades com TSG mais próximas da mediana apresentam, como características, um maior valor de ATIPE, menor ORC_LN e maior IDADE. Já no quantil superior (75%), apenas a variável IDADE permaneceu significativa e positiva, o que pode indicar que universidades com maior tempo de trajetória conseguem criar capacidades que elevam sua TSG a níveis superiores. Em contrapartida, as variáveis ATIPE e ORC_LN perdem sua significância nesse nível.

Ao contrastar com os resultados da regressão linear múltipla (baseada na média), a variável ORC_LN apresentou uma relação significativa. No entanto, com a introdução da regressão quantílica, foi possível observar que essa significância se mantém apenas até que a TSG atinja a mediana, perdendo relevância em universidades com TSG em patamares mais elevados. Ademais, foi possível observar a ocorrência desse fenômeno com a variável ATIPE, em especial para universidades com menor TSG e aquelas próximas da mediana, novamente perdendo significância em universidades com TSG mais altas. Já a variável IDADE, a qual também havia se apresentado como significativa, a regressão quantílica revelou que essa variável parece ter maior impacto em universidades com TSG próximo ou acima da mediana, enquanto perde significância nas instituições com menor taxa de sucesso na graduação.

Já para a explicação da variável IGC, nota-se que as universidades com menor IGC (25%) apresentaram relações significativas e positivas com as variáveis IQCD, ATIPE e TECADM. Isso sugere que essas variáveis exercem um impacto relevante na melhoria do IGC em instituições com desempenho inferior. No quantil de 50%, as mesmas variáveis identificadas no quantil anterior, IQCD, ATIPE e TECADM, permaneceram significativas e positivas em relação ao IGC. Isso indica que universidades com IGC próximo da mediana também podem melhorar seus resultados ao implementar estratégias que maximizem o IQCD, o ATIPE e o tamanho do *staff* administrativo. Já para o quantil superior (75%), variáveis que se mostraram significativas nos quantis anteriores (ATIPE e TECADM) continuaram a apresentar relevância, ao passo que a variável IQCD perdeu sua significância, o que sugere que para este nível de IGC a influência do corpo docente já não é mais tão expressiva. Além disso, a variável REG emergiu, indicando que a região pode influenciar o desempenho das universidades com maior IGC.

Ao comparar aos resultados obtidos na regressão linear múltipla, a regressão quantílica abordou de modo mais detalhado as variáveis analisadas em relação ao IGC. A variável IQCD mostrou-se significativa, mas sua relevância diminuiu conforme o IGC se aproxima da mediana, e sem significância estatística quando o IGC já está num nível alto. Já a variável ATIPE se manteve significativa em todos os quantis, indicando que ela é um fator importante para otimizar o IGC, independentemente se o desempenho das universidades está em níveis baixos, medianos ou altos. O mesmo padrão foi observado para a variável TECADM, que também demonstrou ser um fator consistente em todos os níveis de desempenho. Por fim, a variável REG se mostrou significativa apenas para as universidades que já possuem um IGC elevado.

Acerca da variável de interesse do estudo (IPG), os resultados da regressão quantílica acabaram por reforçar a rejeição da hipótese H1, pois em nenhum dos quantis (mais baixo, próximo a mediana e mais alto) de ambas as perspectivas de desempenho universitário houve uma indicação de relação significativa com a adoção dos PGCG. Esses resultados indicam que o IPG não é um fator determinante para o desempenho das universidades federais brasileiras.



4.3 DISCUSSÃO

Diante dos resultados obtidos, constatou-se que as universidades públicas federais, possuem um elevado Índice de Observação dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial (IPG), ou seja, reconhecem a importância da aplicação dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial (PGCG). Esse fato pode ser explicado, inicialmente, pela busca da legitimidade dentro as organizações em adotar práticas e estruturas semelhantes às de outras organizações do mesmo ambiente institucional (Brandt, 2010).

Soeiro (2019) explica que as organizações do mesmo setor sofrem pressões externas para que elas conformem seus sistemas de controle com as expectativas da sociedade, dos reguladores e de outros atores institucionais, a fim de buscar a gestão mais eficaz, por meio da adoção de estratégias validadas por seus pares, resultando na ação do fenômeno do Isomorfismo (Alves; Nascimento; Rodrigues, 2018). Inclusive, da análise dos dados coletados, é possível constatar um desvio padrão ínfimo (0,0870) em relação ao IPG, o que reforça a percepção sobre o fenômeno do Isomorfismo quanto a ampla divulgação acerca da adesão aos PGCG e a alta adesão aos referidos princípios, dado que a média geral obtida para o IPG foi de 92,84%.

No entanto, alguns princípios foram menos observados pelas universidades federais em seus relatórios de gestão, havendo espaço para melhoria em suas divulgações de resultados ou mesma na incorporação de práticas gerenciais, como em relação a apresentar e explicar a cadeia de valor da organização. A divulgação de estruturas de tendências e informações centrais de desempenho de forma longitudinal também se mostrou um ponto de atenção, indicando a necessidade de fortalecer os mecanismos de controle, transparência e divulgação neste aspecto.

Nesta toada, os resultados deste estudo convergem com estudos como o de Silveira e Espejo (2020), o qual destaca a viabilidade da implementação dos PGCG na gestão das IFES, desde que adaptados à realidade das instituições públicas, reforçando a importância da contabilidade gerencial como ferramenta para a possível melhoria da gestão pública, por meio de auxílio à tomada de decisão estratégica, orientando a alocação de recursos, o desenvolvimento de programas e a implementação de mecanismos de controle mais robustos.

Não obstante, em que pese a elevada adoção dos PGCG pelas universidades federais brasileiras, constata-se que não foi possível observar uma relação positiva entre o desempenho destas e o nível de adoção destes princípios. Interessante notar que, neste mesmo sentido, Costa e Lucena (2021), apesar de identificarem que o mercado financeiro aprecia a utilização de práticas como o PGCG, observaram uma relação negativa entre a utilização dessas práticas e o desempenho de mais de trezentas companhias listadas na bolsa de valores brasileira.

No entanto, este estudo identificou outras variáveis que se mostraram significativas na análise do desempenho das universidades. O IQCD revelou uma correlação positiva e significativa com o IGC, convergindo com as conclusões de Voese, Santos e Dombroski (2024), reforçando a importância da qualificação do corpo docente para a qualidade dos cursos. Verificou-se, ainda, uma relação positiva entre orçamento das universidades federais e seus desempenhos, alinhando-se com Costa (2020) e Lopes et al. (2023) ao estudarem as empresas listadas em bolsa. Entretanto, a regressão quantílica aplicada no presente caso revelou que essa significância diminui em universidades com IGC mais elevado e, em relação à TSG, a variável ORC_LN se mostrou negativa, sugerindo que a eficiência na alocação de recursos pode ser mais importante do que o montante total, contrastando com Duque (2016) e Costa (2020).

Em relação ao indicador ATIPE, afere-se que há uma forte correlação positiva com a TSG e com o IGC, corroborando com Santos et al. (2017) e Lopes et al. (2023). Há maior impacto na TSG de universidades com menor taxa de sucesso, sugerindo que a otimização da



relação aluno/professor é crucial para instituições com dificuldades nesse aspecto. A região geográfica se mostrou significativa apenas para o IGC, sugerindo que universidades localizadas nas regiões Sudeste e Sul tendem a apresentar melhor desempenho, o que pode estar relacionado a fatores como desenvolvimento econômico e investimento em educação, corroborando Duque (2016) e Nunes (2021). Outrossim, quanto à idade da instituição, os resultados apontam uma correlação positiva com a TSG, convergindo com Duque (2016). Conforme a análise de regressão quantílica, indica que a experiência da instituição é um fator relevante para a manutenção de altas taxas de sucesso.

Em resumo, em que pese ser reconhecida a importância da aplicação dos PGCG no ambiente organizacional, de modo a implicar diretamente na reputação corporativa da organização e no modo em que são observadas por agentes externos (Costa, 2017; Oyewo; Vo; Akinsanmi, 2021), não se pode concluir o mesmo sobre a relação entre o PGCG e o desempenho das universidades federais brasileiras. Embora exista um alto índice de observação dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial nestas organizações, não é possível afirmar que esse fato se refletiu em significativo indício de melhora de desempenho, não sendo encontradas correlações significativas com TSG e IGC, o que contraria a hipótese desta pesquisa.

5. CONCLUSÕES

Embora existam evidências de que a implementação dos PGCG contribuiu para a transparência e ética nas organizações privadas e afetou positivamente o desempenho delas, a utilização desses princípios pelas universidades federais brasileiras apresentava resultados desconhecidos até a realização desta pesquisa. Dado que os procedimentos metodológicos aplicados neste trabalho não revelaram uma relação significativa e positiva entre o desempenho das universidades analisadas e sua adoção dos princípios globais de contabilidade gerencial, os achados dessa pesquisa indicam que o desempenho das universidades federais brasileiras não é influenciado diretamente pela aplicação dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial.

Por meio deste estudo, constatou-se que o Índice de Observação dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial (IPG) apresentou uma adesão média consideravelmente alta aos PGCG entre as 61 universidades analisadas, alcançando 92,84%, conforme expresso em seus Relatórios de Gestão. Isso indica um significativo consenso quanto à aplicação dos PGCG devidamente adaptados à realidade do setor público. Apesar disso, não foi constatada uma conexão relevante entre o IPG e variáveis de desempenho de universidades (TSG e IGC), em contraste com estudos precedentes que demonstraram uma ligação positiva entre a implementação dos PGCG e o desempenho de empresas privadas (Costa; Lucena, 2021; Oyewo; Vo; Akinsanmi, 2021). Essa divergência de resultados sugere que a relação entre os PGCG e desempenho pode ser mais complexa em organizações públicas, influenciada por fatores específicos do contexto e de sua operação, como o modelo de governança e a cultura organizacional, o que acaba não proporcionando os mesmos resultados.

A análise inferencial realçou que o desempenho acadêmico (TSG) e a qualidade dos cursos (IGC) estão relacionados a fatores como a qualificação dos professores (IQCD), a carga de trabalho docente (ATIPE) e a idade da instituição. Esses resultados reforçam que fatores institucionais, como a qualificação do corpo docente, a carga de trabalho e a experiência da instituição, são mais decisivos para o sucesso e a qualidade acadêmica dessas instituições. Para gestores universitários e formuladoras de políticas públicas, esses achados indicam que o desenvolvimento de diretrizes que incentivem a qualificação do corpo docente e ajustem as cargas de trabalho podem gerar resultados mais expressivos do que priorizar ou ampliar a



adoção dos PGCG. As regressões quantílicas aqui aplicadas fornecem subsídios adicionais para que esses gestores priorizem variáveis conforme a faixa de desempenho da universidade.

Assim, o presente estudo contribui para a compreensão da relação entre os PGCG e o desempenho das universidades federais brasileiras, reforçando a importância de considerar o contexto específico das organizações públicas na avaliação de desempenho e o papel de ferramentas de contabilidade gerencial, recomendadas inicialmente para organizações privadas, no seu próprio desempenho. Nesse aspecto, o conhecimento sobre a aplicação dos PGCG em universidades públicas contribui para o debate acadêmico, ao expandir a compreensão sobre a aplicabilidade dos PGCG em diferentes tipos de organizações, diferenciando-se de estudos anteriores que focados em empresas privadas e atingindo um novo contexto: o setor público, especificamente as universidades federais brasileiras, e avaliando seus possíveis efeitos. Nestas, os resultados aqui apresentados podem indicar que, para o nível de adoção dos PGCG ofereça um diferencial do desempenho das universidades, questões estruturais precisam ser prioritariamente solucionadas por elas, como na distribuição de recursos orçamentários e na qualificação do corpo docente.

Quanto às limitações dos achados, menciona-se que a análise inferencial inicial, a partir da aplicação de regressão linear múltipla, não atendeu a um dos requisitos: normalidade dos resíduos dos modelos, tanto para a TSG) quanto para o IGC. Entretanto, foi feita uma análise complementar pela aplicação de regressão quantílica. Essa técnica proporcionou uma interpretação mais completa da relação entre as variáveis, o que permitiu uma visão mais detalhada sobre os efeitos dos fatores analisados ao longo da distribuição da TSG nas universidades e confirmou a rejeição da hipótese de pesquisa.

Diante dos resultados deste estudo, abrem-se caminhos para novas investigações que explorem a relação entre os PGCG e o desempenho em outros contextos do setor público, como hospitais e outros órgãos governamentais, além de outras instituições de ensino superior (como institutos federais e universidades estaduais). Recomenda-se avaliar a influência do modelo de governança e da cultura organizacional na implementação dos PGCG, entre outras variáveis relacionadas ao desempenho universitário (como as relacionadas à pesquisa e extensão), o que também pode aprofundar a compreensão sobre o tema e ampliar a possibilidade da obtenção de modelos de regressão linear múltipla.

REFERÊNCIAS

AICPA & CIMA. **GMAP - Global Management Accounting Principles**. 2ª edição, 2023. Disponível em: <https://www.aicpa-cima.com/resources/download/gmap-global-accounting-principles>.

ALCINO, M. S. Estimação dos fatores que determinam o comportamento da inflação médica brasileira: um estudo aplicado de regressão linear múltipla. **Debate Econômico**, v. 2, n. 7, p. 84-98, 2021.

ALMATROOSHI, B.; SINGH, S. K.; FAROUK, S. Determinants of organizational performance: A proposed framework. **International Journal of Productivity and Performance Management**, v. 65, n. 6, p. 844-859.

ALVES, V.; NASCIMENTO, J.; RODRIGUES, M. Gestão na universidade pública: Um estudo acerca das práticas utilizadas por gestores de campus fora de sede. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 5, n. 2, p. 33-54, 2018.

BEUREN, I. M.; SÖTHE, A. A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 5, p. 98-120, 2009.



- BERTOLIN, J. C. G. Indicadores em nível de sistema para avaliar o desempenho e a qualidade da educação superior brasileira. **Revista de Avaliação da Educação Superior**, v. 12, n. 2, 2007.
- BORKER, D. Global Management Accounting Principles and the worldwide proliferation of IFRS. **The Business and Management Review**, v. 7, n. 3, p. 258-267, 2016a.
- BORKER, D. Gauging the impact of country-specific values on the acceptability of global management accounting principles. **European Research Studies**, v. 19, n. 1, p. 149-164, 2016b.
- BOULTON, G.; LUCAS, C. What are universities for?. **Chinese Science Bulletin**, v. 56, p. 2506–2517, 2011.
- BRANDT, V. A. A contabilidade gerencial e sua relação com a teoria institucional e da teoria da contingência. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 9, n. 17, p. 137-138, 2011.
- BURNS, J.; SCAPENS, R. W. Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. **Management Accounting Research**, v. 11, n. 1, p. 3–25, 2000.
- CORREIA, T. de S.; LUCENA, W. G. L. Corporate Governance and Global Management Accounting Principles in Public Companies in Brazil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 14, n. 1, p. 217–238, 2021.
- COSTA, I. L. S. **Princípios Globais de Contabilidade Gerencial: Relação de práticas gerenciais com a reputação corporativa e com o desempenho das companhias abertas brasileiras**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- COSTA, I. L. S.; LUCENA, W. G. L. Princípios globais de contabilidade gerencial: a relação entre as práticas gerenciais e o desempenho de empresas brasileiras. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 23, p. 503-518, 2021.
- COSTA, L. Indicadores: Contrapondo Gestão e Qualidade Acadêmica Em Ifes. **Revista Gestão e Organizações**, v. 5, n. 1, p. 107-122, 2020.
- DAVIDSON, R.; MACKINNON, J. G. Several Tests for Model Specification in the Presence of Alternative Hypotheses. **Econometrica**, v. 49, n. 3, p. 781–793, 1981.
- DUQUE, F. S. L. **Análise das características de perfil e dos indicadores de desempenho das universidades federais brasileiras**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria, Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2016.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de Análise de Dados - Estatística e Modelagem Multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2017.
- FIGUEIREDO FILHO, D. et al. O Que Fazer e o Que Não Fazer Com a Regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de mínimos quadrados ordinários (MQO). **Política Hoje**, Pernambuco, v. 1, n. 20, p. 44-99, 04 set. 2011.
- GUERREIRO, R. et al. O entendimento da contabilidade gerencial sob a ótica da teoria institucional. **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 35, p. 91-106, 2005.
- GUERREIRO, M. S.; RODRIGUES, L. L.; CRAIG, R. Voluntary adoption of International Financial Reporting Standards by large unlisted companies in Portugal – Institutional logics and strategic responses. **Accounting, Organizations and Society**, v. 37, n. 7, p. 482-499, 2012.
- KIRCH, J, L. et al. Aplicação da análise de componentes principais e de agrupamento para os indicadores de desempenho das Universidades Federais do Brasil. **Sigma**, v. 8, n. 2, p. 55-66, 2019.
- LOPES, F. F. et al. Eficiência na execução orçamentaria e desempenho: um estudo nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 2, p. 2381–2400, 2023.



MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Índice Geral de Cursos (IGC)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/igc>.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutional organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, p. 340-363, 1977.

MOREIRA, N. P.; BENEDICTO, G. C.; CARVALHO, F. M. Discussão de alguns condicionantes da eficiência em universidades federais brasileiras a partir do Reuni. **Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 3, p. 429-457, 2019.

NUNES, N. T. S. **Influência da gestão de riscos sobre a eficiência da gestão acadêmica nas Universidades Federais brasileiras**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) - Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

OYEWO, B., VO, X. V.; AKINSANMI, T. Strategy-related factors moderating the fit between management accounting practice sophistication and organizational effectiveness: the Global Management Accounting Principles (GMAP) perspective. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, v. 50, n. 2, p. 187-223, 2021.

SANTOS, A. R. et al. Orçamento, Indicadores e Gestão de Desempenho das Universidades Federais Brasileiras. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 4, p. 276-285, 2017.

SCAPENS, R. W. Understanding management accounting practices: A personal journey. **The British Accounting Review**, v. 38, n. 1, p. 1-30, 2006.

SILVEIRA, N. F.; ESPEJO, M. M. S. B. Uma Nova Configuração do Sistema de Gestão de Desempenho de uma Instituição Federal de Ensino Superior à Luz dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 15, n. 4, p. 20-41, 2020.

SIQUEIRA, D. D.; LUCENA, W. G. L. Fatores contingenciais organizacionais e individuais e práticas gerenciais: um estudo à luz dos princípios globais de contabilidade gerencial. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 22, e3664, 2023.

SOEIRO, T. M.; WANDERLEY, C. A. A teoria institucional na pesquisa em contabilidade: uma revisão. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 89, p. 291-316, 2019.

VOESE, S. B.; SANTOS, M. R.; DOMBROSKI, L. A relação entre o desempenho da gestão e os rankings de qualidade das Universidades Federais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 43, n. 1, p. 32-47, 2024.